

***AMAZÔNIA:
SEGURANÇA HUMANA, PREVENÇÃO DO CRIME E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL***

SEGURANÇA HUMANA – RUMO A UMA ABORDAGEM ABRANGENTE DA PREVENÇÃO DO
CRIME

XIV Congresso das Nações Unidas
sobre prevenção do crime e justiça criminal

I. INTRODUÇÃO: TRÊS EIXOS

⇒ Cumprimento a todos e agradeço aos organizadores deste Congresso a honra e a gentileza do convite para estar aqui.

1. A apresentação que se segue, cujo foco central é a preservação da Amazônia, será desenvolvida em torno de três eixos: (i) segurança humana, (ii) prevenção de crimes ambientais e (iii) desenvolvimento sustentável.

2. A *segurança humana*, em relação à Amazônia, deve ser considerada em duas frentes: (i) proteção da floresta, pelos valiosos serviços ambientais que presta à humanidade; e (ii) condições dignas de vida e alternativas econômicas para os habitantes da região.

3. Aqui vão alguns dados geopolíticos.

II. GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA

1. A Amazônia ocupa uma área de 7 milhões de km², correspondentes a cerca de 40% da América do Sul e a 67% das florestas tropicais do mundo.

2. A região se espalha por 9 países diferentes, sendo que 60% de sua extensão é no Brasil, onde vivem 27 milhões de pessoas.

3. Qual é a importância da região?

III. IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA PARA O ECOSISTEMA GLOBAL

1. A região amazônica tem um papel decisivo no ecossistema global, por um conjunto de razões, entre as quais: (i) sua extraordinária *biodiversidade*, abrigando a maior concentração de plantas, animais, fungos, bactéria e algas do Planeta; (ii) seu papel no *ciclo da água e no regime de chuvas*, com seus “rios voadores” que irrigam bacias hidrográficas pelo continente sulamericano; e (iii) a *mitigação do aquecimento global*, absorvendo e armazenando dióxido de carbono.

2. A derrubada da floresta produz grave impacto sobre a vida na Terra, devido (i) à extinção de espécies, com imprevisíveis consequências sistêmicas para o meio

ambiente; (ii) à redução drástica de chuvas, com impacto sobre o agronegócio e para a geração de energia; e (iii) à não absorção de carbono e sua liberação na atmosfera.

3. Como tem se dado o avanço do desmatamento?

IV. O AVANÇO DO DESMATAMENTO

1. O desmatamento da Amazônia começou no início dos anos 70, quando o governo federal incentivou a ocupação da região. Seu auge se deu em 2004, quando foram derrubados 28 mil km² de floresta.

2. A partir daí, foi implantado um Plano de Prevenção e Controle que reduziu o desmatamento para 4.600 km² em 2012. Começou-se a pensar na meta de desmatamento líquido zero.

3. No entanto, a partir de 2015, o desmatamento voltou a crescer. A situação se agravou significativamente nos dois últimos anos – 2019 e 2020 –, com o desmatamento de mais de 20 mil km².

4. No total, nos últimos 50 anos, o desflorestamento acumulado é de mais 800 mil km², aproximando-se de 20% da área original da Amazônia brasileira. Uma área equivalente aos territórios da Espanha e da Itália somados.

5. Cientistas consideram que se a derrubada da floresta chegar a 40% haverá um ponto de não retorno (*tipping point*), com irreversível savanização da região. Há quem afirme que, na verdade, o *tipping point* é de 25% da área total.

6. As principais causas do desmatamento são (i) a criação de pastagens para gado e (ii) os diversos crimes ambientais praticados na região.

V. CRIMES AMBIENTAIS

1. Os crimes ambientais estão entre as mais lucrativas formas de atividades criminosas, notadamente pelo baixo risco de punição. Os principais crimes praticados na região incluem: (i) desmatamento (a principal causa de desmatamento da Floresta Amazônica é a formação de pastagens para a criação de gado); (ii) queimadas (elas permitem a rápida supressão da vegetação, limpando áreas para pecuária e agricultura); (iii)

extração e comércio ilegal de madeira (cerca de 80% da produção de madeira no Brasil é ilegal); (iv) mineração ilegal (esta é a terceira principal causa de desmatamento, depois da pecuária e extração de madeira, e ainda polui os rios pelo uso do mercúrio) e (v) grilagem de terras.

2. Também merecem registro a corrupção de agentes públicos para evitar a repressão às atividades criminosas, para regularização de situações ilegais, bem como a prática de violência contra os defensores da floresta.

3. O desmatamento costuma seguir uma dinâmica constante: extração ilegal de madeira, queimada, ocupação por fazendeiros (gado e soja) e tentativa de legalização da área pública grilada

⇒ Quais as principais causas indiretas do desmatamento?

VI. PRINCIPAIS CAUSAS INDIRETAS DO DESMATAMENTO

1. Relaxamento das medidas de prevenção e repressão, com ampla impunidade
⇒ Cientistas e ambientalistas atribuem o aumento desses crimes ao desmonte das instituições de fiscalização ambiental feito pelo governo federal.

2. Possibilidade de regularização de terras adquiridas mediante grilagem (de tempos em tempos, sobrevém uma lei permitindo essa regularização).

⇒ Essa possibilidade funciona como um incentivo a novas grilagens, pela perspectiva de novas regularizações.

3. Falta de alternativas econômicas para os habitantes da região
⇒ Embora, frequentemente, as atividades ilícitas de desmatamento sejam promovidas por grandes fazendeiros, também é verdade que a população mais simples da região se envolve com essas atividades, pela falta de outras perspectivas de sustento.

VII. POSSÍVEIS SOLUÇÕES

1. Retomada das ações de prevenção e repressão (comando e controle), com efetivo cumprimento da legislação e aplicação das punições previstas em lei

2. Uma emenda constitucional proibindo a regularização de terras griladas

3. Criação de uma bioeconomia da floresta

VIII. A BIOECONOMIA DA FLORESTA

1. Os modelos de desenvolvimento econômico adotados na Amazônia nos últimos 50 anos não melhoraram os indicadores sociais da região. Ou seja: a floresta vem sendo derrubada sem aumentar a segurança humana dos seus habitantes.

2. Isso levou cientistas e ambientalistas a proporem um novo modelo de desenvolvimento, a *bioeconomia*, fundado na sustentabilidade, no conhecimento e no planejamento estratégico para elaboração de novos produtos farmacêuticos, cosméticos e alimentos, bem como pesquisa de novos materiais e soluções energéticas.

3. Esse conceito de *Amazônia 4.0* visa agregar às potencialidades da biodiversidade amazônica – fauna, flora e conhecimentos tradicionais – as novas tecnologias e possibilidades da quarta revolução industrial.

4. A implementação desse modelo precisa basear-se em educação, ciência, tecnologia, investimento e atração de recursos humanos para a região, vindos de outras partes do Brasil e dos grandes centros internacionais.

5. Diversos atores econômicos estão cientes da abertura dessa nova oportunidade, incluindo importantes indústrias e os maiores bancos do país, todos dispostos a investir na Amazônia.

⇒ Incentivos adicionais podem advir da atitude dos mercados de consumo e de investidores em exigir produtos e serviços com certificação de que não decorrem de desmatamento ilegal.

IX. PROPOSTA

1. Criação de uma comissão ou grupo de trabalho, no âmbito da ONU, e possivelmente integrado por outras entidades internacionais, como Banco Mundial e OCDE, para desenvolver um plano estratégico para a Amazônia.

2. Esse grupo de trabalho seria composto por cientistas, ambientalistas, investidores e empresários, brasileiros e de todo o mundo, com o compromisso de viabilizar uma economia da

floresta, com sustentabilidade ambiental e capaz de prover desenvolvimento econômico e segurança humana para os habitantes da região, inclusive comunidades indígenas e comunidades tradicionais.

3. Se a Amazônia é vital para o Planeta, faz todo sentido reunir os melhores cérebros de áreas diversas do conhecimento e do empreendedorismo para pensar a melhor forma de conservá-la. Esse projeto deverá incluir as justas aspirações das populações locais de elevar o seu padrão de vida e a preservação da soberania dos países da região.